

ARTIGO LIVRE

A formação das jovens no Graal Português na década de 1960

The training of young people at the Portuguese Grail in the 1960s.

Nadia Maria Guariza*

Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, PR, Brasil

RESUMO: O presente artigo analisa a atuação do Movimento do Graal em Portugal nos anos finais do Estado Novo, com especial atenção às relações estabelecidas entre Estado, Igreja Católica e laicado feminino. A partir de uma abordagem histórica que articula escalas nacional e internacional, o estudo contextualiza o surgimento do Graal no país à luz das transformações do catolicismo no século XX, das diretrizes da Ação Católica e do impacto do Concílio Vaticano II. Destaca-se o papel central de Maria de Lourdes Pintasilgo na fundação e consolidação do movimento, bem como a sua trajetória no interior das estruturas do Estado Novo e da militância católica. O artigo examina as práticas formativas do Graal, sobretudo aquelas direcionadas às raparigas universitárias, incluindo programas residenciais, campos de férias, projetos de promoção humana, alfabetização e conscientização, evidenciando uma concepção de apostolado que integrava formação espiritual, engajamento social e protagonismo feminino. Argumenta-se que, embora o Graal operasse dentro de determinados limites impostos pela hierarquia eclesiástica e pela ordem social vigente, o movimento contribuiu para a construção de espaços de autonomia relativa para as mulheres, ampliando as possibilidades de participação feminina na Igreja e na sociedade portuguesa. Assim, o estudo propõe uma leitura que enfatiza a complexidade e a pluralidade das experiências católicas femininas durante o Estado Novo, evitando interpretações homogêneas ou dicotômicas sobre as relações entre Igreja e regime.

PALAVRAS-CHAVES: História das mulheres; história do catolicismo em Portugal no século XX; protagonismo feminino; Graal.

*E-mail: nadiamguariza@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7608-5560>

Financiamento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ABSTRACT: This article analyzes the activities of the Grail Movement in Portugal during the final years of the Estado Novo regime, with special attention to the relationships established between the State, the Catholic Church, and the female laity. Drawing on a historical approach that articulates national and international scales, the study contextualizes the emergence of the Grail in Portugal in light of the transformations of twentieth-century Catholicism, the guidelines of Catholic Action, and the impact of the Second Vatican Council. The central role of Maria de Lourdes Pintasilgo in the foundation and consolidation of the movement is highlighted, as well as her trajectory within the structures of the Estado Novo and Catholic activism. The article examines the Grail's formative practices, particularly those aimed at university women, including residential programs, summer camps, projects of human development, literacy, and awareness-raising initiatives, revealing a conception of apostolate that integrated spiritual formation, social engagement, and female leadership. It is argued that, although the Grail operated within certain limits imposed by ecclesiastical hierarchy and the prevailing social order, the movement contributed to the creation of spaces of relative autonomy for women, expanding the possibilities for female participation in the Church and in Portuguese society. Thus, the study proposes an interpretation that emphasizes the complexity and plurality of Catholic women's experiences during the Estado Novo, avoiding homogeneous or dichotomous readings of the relationship between Church and regime.

KEYWORDS: History of women; history of Catholicism in Twentieth Century Portugal; female agency; Grail movement.

Introdução

Em 2001, Mônica Tarducci, em seu artigo intitulado “*Estúdios feministas de religión: una mirada muy parcial*”, afirmou que, naquele momento, os estudos sobre religião e religiosidade sofreram um deslocamento temático, concedendo maior atenção aos sistemas de significado presentes nos símbolos e nos rituais, bem como às práticas devocionais. No que se referia aos estudos sob a perspectiva de gênero, a autora afirmava que os temas principais eram a religião e a sua percepção sobre o corpo, os ministérios assumidos ou negados às mulheres e o fundamentalismo.

Do texto de Tarducci, escrito no início do século XXI, até os dias atuais, as pesquisas cujas temáticas são a religião e a religiosidade, adotando a perspectiva das relações de gênero, ampliaram-se, sobretudo as voltadas ao protestantismo e às denominações neopentecostais.

A produção feminista dedicada ao estudo da religião pode ser compreendida a partir de duas orientações principais. Uma delas parte da crítica às instituições religiosas como estruturas historicamente marcadas pelo predomínio masculino e pela legitimação das hierarquias de gênero, defendendo, em resposta, a construção de experiências religiosas autônomas para as mulheres. A outra perspectiva desloca o foco da crítica para os processos históricos de exclusão feminina do controle simbólico e institucional do sagrado, entendendo que a marginalização das mulheres decorreu menos da essência das tradições religiosas e mais das formas como estas foram monopolizadas pelos homens. Nesse sentido, propõe-se a reapropriação das tradições religiosas como caminho para a reinserção feminina nesses espaços (Nunes, 2001).

A historiografia feminista sobre a religião tende a privilegiar recortes temáticos que evidenciam a transgressão e a resistência às normas estabelecidas pela Igreja. De acordo com Ana Paula Vosne Martins (2023), ao tratar dos estudos brasileiros que se dedicaram à análise das mulheres conservadoras, observa-se que, no que tange ao associativismo religioso e social conservador, este ainda é um tema pouco explorado. O presente artigo não trata, necessariamente, de mulheres conservadoras, tampouco progressistas. Como veremos, as relações entre as mulheres do Graal em Portugal, principalmente uma

de suas fundadoras mais proeminentes, Maria de Lourdes Pintasilgo, e o Estado Novo parecem mais complexas do que o binômio conservador/progressista.

O Graal é um movimento internacional de mulheres cristãs leigas, criado em 1921, na Holanda, e ligado à Igreja Católica. A história do Graal possui particularidades em comparação a outras associações leigas do período, como veremos adiante.

A criação de associações leigas no século XIX foi estimulada pelos papas por meio de manuais e regulamentos que reforçavam a tutela sacerdotal sobre as ações dos associados. A partir da década de 1920, a abordagem papal em relação às associações se modificou, pois estas, além de espaços de caridade e de piedade, passaram a ser lugares de militância. Isso é perceptível nas encíclicas papais sobre a Ação Católica.

Pio X, em 1903, na encíclica *Il fermo proposito*, expôs os fundamentos da Ação Católica (1959), evidenciando a importância da sociedade civil e das pessoas particulares para impedir certas “propensões indisciplinadas” danosas ao interesse comum. É notável que, a partir da criação de uma Ação Católica organizada, o papel do leigo se ampliou, pois, além da salvação individual, os fiéis deveriam assumir uma postura mais participativa na defesa da Igreja Católica.

Em 1945, Pio XII, ao se dirigir às associações marianas, fez distinção entre as orientações destinadas a homens e mulheres. Aos homens, recomendava que se portassem buscando a perfeição em todos os aspectos de sua vida, tanto pessoal quanto profissional. Às mulheres, o pontífice demonstrava preocupação com as mudanças nos papéis por elas assumidos na sociedade, afirmando que a mulher seria “mais que ninguém, atingida e ferida por esta derrocada das condições sociais” (Pio XII, 1955, p. 6).

Mesmo admitindo que as mulheres estavam cada vez mais ocupando o mercado de trabalho, Pio XII observava que estas estariam mais vulneráveis aos pecados, seja por sua natureza, seja pela corrupção moral pela qual passava a sociedade, do ponto de vista da Igreja. Os lugares “naturais” das mulheres seriam o casamento, a maternidade ou a vida religiosa.

As mulheres deveriam militar nas fileiras católicas, considerando sua estrutura psíquica e física feminina, atuando de forma mais afetiva e materna, própria de sua “natureza”. De acordo com Maria Salas (1993), Pio XII, em seus escritos, abandonou a ideia de inatismo de algumas atividades femininas, como os cuidados maternos, ao reconhecer que os pais também poderiam exercer atividades de cuidado dos filhos. Nesse sentido, a participação feminina era incentivada dentro dos papéis sociais de esposa e de mãe. Entre as atividades recomendadas fora do lar estavam o atendimento aos doentes e aos pobres, exercendo a sua maternidade espiritual (Guariza, 2003, p. 115).

A maternidade espiritual era inspirada no modelo materno de Nossa Senhora, que era a mãe humana de Jesus, mas também a mãe espiritual de todos os católicos. Nossa Senhora configurou-se como um modelo para os fiéis; no caso das mulheres, um modelo tanto para leigas quanto para religiosas. A representação de Maria evidencia a relação contraditória da Igreja Católica em relação às mulheres. Marina Warner (1983), ao estudar a representação mariana a partir de um recorte temporal de longa duração, demonstrou que esta foi construída a partir da ambiguidade entre a face humana e a face divina de Maria, tornando-se um modelo de submissão para as mulheres.

Zaíra Ary (2000) observou que as relações da Igreja Católica com as mulheres foram pautadas a partir das representações dicotômicas de Eva e de Maria. Estudos (Brown, 1990; Duby, 1997; Warner, 1983) em períodos diversos já analisaram a historicidade dessas duas representações femininas. Muitos destacam a importância do mito do Jardim do Éden e a culpabilização de Eva pela danação da humanidade. Essa culpa original legitimou um discurso segundo o qual a mulher seria um ser secundário, mais propenso ao pecado e, por isso, deveria ser tutelada pelo homem.

Apesar do lugar secundário atribuído às mulheres pela Igreja Católica, elas, em vários momentos da história da instituição, foram muito importantes para a ampliação e manutenção do poder social da

Igreja. É o caso do período da metade do século XIX e de boa parte do século XX, que aqui apresento a partir das encíclicas papais e das atividades do Graal. Foi de fundamental importância o trabalho das religiosas e das leigas em favor da Igreja nesse período, adquirindo nuances específicas dependendo do contexto e do país.

Maria Carlos Semedo Ramos (2016, p. 167) afirma que o padre jesuíta Jack Van Ginneken (Holanda, 1877-1939), fundador do Graal, criticou a Igreja Católica “pelo seu esquecimento e exclusão das mulheres”. O Graal se diferencia, desde sua origem, de boa parte das associações existentes, criadas ou regidas a partir das orientações papais do período, que condicionavam a existência das associações leigas à tutela eclesiástica. Obviamente, há uma distância entre os objetivos de controle da Igreja e as ações das associações leigas, pois cada uma construiu sua própria trajetória e história. Contudo, o diferencial do Graal é que, desde sua origem, configurou-se como um grupo de mulheres sem tutela masculina.

É nesse contexto que o Graal foi criado na Holanda, com suas especificidades, em 1921, e, posteriormente, em Portugal, no ano de 1957. O Graal em Portugal desenvolveu inúmeros projetos importantes na sociedade portuguesa. Optei por abordar a formação das jovens nos primeiros anos, entendendo que esta foi a gênese dos demais projetos e programas desenvolvidos no Graal nas décadas de 1960 e 1970. O objetivo deste texto é analisar a formação das raparigas do Graal em Portugal na década de 1960, evidenciando as relações entre o Estado Novo (1933-1974), a juventude, o catolicismo e as mulheres, a partir do caso específico do Graal nas décadas de 1950 e 1960.

O Graal em Portugal nos últimos anos do Estado Novo: as relações entre Estado, Igreja e Graal

[...] A liturgia celebrada com profundidade e beleza, a reflexão sobre a “especificidade” do ser e do agir das mulheres, a dimensão internacional levada ainda mais longe do que a experiência já adquirida no Movimento Internacional de Estudantes Católicos (Pax Romana) – tudo isso surgia, no Graal, como resposta à procura existencialmente vivida entre estudantes universitárias dos anos 1950. (Graal, 1983, p. 5).

O Graal foi criado pelo pe. Van Ginneken (1932), na Holanda, em 1921, e pretendia organizar moças católicas a partir de um moderno movimento de juventude, com a finalidade de “ganhar o mundo para Cristo” (Ginneken, 1932). A dedicação das raparigas e a opção pela vida celibatária não foram compreendidas de imediato pelos eclesiásticos; afinal, se eram celibatárias, por que não se tornarem freiras? Segundo Ramos (2016, p. 169), “as mulheres do Graal serão sempre vistas, por um lado, [como tendo] uma excessiva vida religiosa e, por outro, [como tendo] a ausência de um assistente eclesiástico”.

O espanto ou a resistência dos eclesiásticos devia-se ao fato de que, há muitos séculos, se advogava que as mulheres deveriam ter tutela masculina, fosse do pai, do marido ou do padre. A proposta do Graal, contudo, era que essas mulheres celibatárias agissem com autonomia, sem um diretor espiritual que as guiasse ou vigiasse.

[...] o Graal, desde o início, traçou como matriz da sua identidade: ser um movimento de apostolado, de mulheres leigas, liderado espiritualmente por mulheres, ao serviço da Igreja, mas não sob o controlo de qualquer instância hierárquica da Igreja. O Graal, para permanecer fiel ao seu carácter de movimento leigo, deveria manter a sua independência e iniciativa. Para isso, era fundamental uma formação sólida, aberta e dialogante. (Ramos, 2016, p. 168).

Essa foi a marca que as fundadoras do Graal em Portugal quiseram imprimir ao movimento no país. Em 1957, por iniciativa de Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) e Teresa Santa Clara Gomes (1936-1996), o Graal estabeleceu-se inicialmente em Coimbra e Portalegre e, posteriormente, em Lisboa. Isso ocorreu devido à recusa do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira – muito próximo de Salazar –, em autorizar o funcionamento do Graal na capital.

Em entrevista, Isabel de Magalhães (2024) rememorou os primeiros tempos:

E não havia em Lisboa atividades do Graal propriamente públicas, porque o Graal estava proibido [...] pelo cardeal patriarca, uma vez que era um movimento internacional, que eram só mulheres, que não havia assistente eclesiástico. Portanto, era um movimento perigoso. Assim, não havia atividades, mas havia momentos de oração e de reflexão, na casa onde viviam algumas do Graal. Chamavam-nos até pintasilguistas descalças, por causa da Maria de Lourdes Pintasilgo [risos], porque era um movimento muito radical, muito inovador e muito ousado. Houve quem chamasse, de brincadeira, as carmelitas descalças que éramos as pintasilguistas descalças – umas casadas, outras solteiras, mas todas pintasilguistas descalças. Eu só soube depois a coisa horrível de pertencer às pintasilguistas descalças [risos]... (Magalhães, 2024, 5:50-7:32).

Isabel recorda, em tom anedótico, o termo usado para denominar as primeiras participantes do Graal em Portugal, as “pintasilguistas descalças”, uma referência a Maria de Lourdes Pintasilgo, fundadora do Graal no país, e às carmelitas que seguiram as ideias e as práticas de Santa Teresa d’Ávila, doutora da Igreja Católica. Essa denominação não deixa de conter um fundo de verdade, pois enfatiza dois aspectos importantes de Maria de Lourdes Pintasilgo, do Graal e de Santa Teresa: a devoção católica e a defesa da educação feminina, que serão analisadas com mais detalhes adiante.

Não obstante o Graal ser um movimento internacional, é importante pontuar a especificidade portuguesa, uma vez que o período aqui analisado corresponde ao fim do Estado Novo (1933-1974). Trata-se, portanto, de uma análise que exige um jogo de escalas, pois o investigador deve estar atento tanto aos elementos do contexto internacional – relativos às políticas do Vaticano e às propostas do Graal Internacional – quanto ao contexto nacional português. Em ambos os níveis, existiram aspectos que tornam o período analisado complexo, produzindo uma diversidade de experiências históricas.

Sobre o Estado Novo português, há um extenso debate historiográfico, especialmente no que diz respeito à relação da Igreja Católica com o regime, frequentemente interpretada como uma relação de apoio. Recentemente, essa interpretação tem sido questionada, demonstrando que tal apoio não foi automático nem harmonioso. A bibliografia sobre o tema é vasta; neste artigo, citam-se alguns autores e autoras com o objetivo de contextualizar o período de desenvolvimento do Graal em Portugal no final da década de 1960 e início da década de 1970.

Duncan Simpson, em seu texto *A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar* (2012), analisa o desenvolvimento das relações entre a Igreja e o Estado Novo (1933-1968), considerando as circunstâncias políticas portuguesas e as articulações da Igreja portuguesa diante do governo salazarista e das diretrizes do Vaticano. O autor divide o Estado Novo em quatro períodos: “Regeneração Nacional” (1933-1945), re-legitimação do Estado Novo na era democrática (1945-1951), o período entre 1951 e 1961 e o período de 1961 a 1968.

O recorte temporal do presente artigo concentra-se na quarta fase (1961-1968), marcada, no contexto nacional, pelos desdobramentos da guerra colonial e, no contexto internacional, pelo *aggiornamento* da Igreja. Simpson (2012) exemplifica a postura da Igreja portuguesa, neste período, por meio da divulgação censurada e superficial da encíclica *Pacem in terris* de João XXIII (1963), suprimindo referências à independência das nações pós-coloniais.

Fernando Catroga (2006) afirma que o Concílio Vaticano II (1962-1965) foi o ponto de chegada dos debates interno e externos à Igreja Católica e que, posteriormente, a recepção e aplicação das ideias conciliares manteve a característica institucional de avançar sem esquecer a tradição.

Portanto, embora Simpson (2012) enfatize as relações entre Igreja e Estado, outros estudos, com recortes temáticos mais específicos – como os que tratam dos leigos portugueses –, demonstram que as normativas do Estado Novo variaram ao longo do tempo. As décadas de 1950, 1960 e 1970 foram particularmente frutíferas para os movimentos da Ação Católica, que incorporavam elementos marcantes do catolicismo social.

O Estado Novo português não se configurou como um governo confessional, como observa Carlos André Silva de Moura (2015), mesmo diante da pressão eclesiástica portuguesa, Salazar manteve a independência entre os poderes do seu governo. Paula Borges Santos (2019) afirma que o debate acadêmico sobre a relação entre Estado Novo e Igreja Católica concentrou-se em três questões principais: a autonomia (ou não) da Igreja em relação aos interesses políticos; se a Igreja serviu para legitimar os governos de Salazar (1933-1968) e Marcelo Caetano (1968-1974); e o papel da Igreja na definição do regime estabelecido pela Concordata de 1940.

A autora observa que há consenso quanto ao papel das elites católicas na construção da identidade da ditadura, sobretudo no âmbito das políticas sociais e do projeto corporativo. Todavia, outros estudos demonstram a inexistência de uniformidade de posições em relação ao Estado Novo, especialmente no seio da Ação Católica Portuguesa, ligada ao movimento juvenil e portadora de uma perspectiva reformista. Poucos trabalhos sustentam que os regimes de Salazar e Caetano estavam longe de ser um “Estado católico”, dada a diversidade de interesses que compunham sua base de apoio.

Nesse sentido, ao tratar do Graal em Portugal nesse período, é necessário atentar para as nuances e dinâmicas flexíveis das relações estabelecidas entre as mulheres do movimento e o Estado Novo. A trajetória de Maria de Lourdes Pintasilgo é emblemática, pois cresceu e se formou como liderança católica durante o regime, tendo participado, quando jovem, da Mocidade Portuguesa Feminina,¹ como observa Irene Pimentel (2015) “[...] além de engenheira química industrial, profissão não considerada feminina, Maria de Lourdes Pintasilgo teve uma longa trajetória de militância católica, incluindo a Mocidade Portuguesa Feminina [...]” (Pimentel, 2015, p. 370).

Sua atuação no governo e no Graal caminhou de forma articulada. As problemáticas debatidas no movimento eram, muitas vezes, pautadas por Pintasilgo em seu exercício de cargos durante o período marcelista. Assim, este artigo analisa os primeiros anos do Graal em Portugal, sobretudo as formações voltadas às jovens universitárias na década de 1960, articulando-as com a tradição da militância feminina católica nos organismos da Ação Católica Portuguesa. Para tanto, são analisadas fontes do acervo do Graal em Lisboa e do arquivo digital da Fundação Cuidar para o Futuro, bem como uma entrevista realizada com Isabel de Magalhães, em diálogo com a bibliografia sobre mulheres, gênero e catolicismo.

Igreja Católica e Juventude

O Graal, em sua origem e na sua história em Portugal, tem estreita ligação com a juventude feminina católica; por isso, é conveniente comentar as relações entre a juventude e a Igreja Católica. Souza (2006, p. 45) afirma que, em 1867, foi realizado um pequeno congresso em Roma com “vários membros dos círculos da juventude católica” da Itália. Nesse congresso, dois jovens, Giovanni Acquademi e Mario Fani, propuseram organizar a juventude católica sobre os pilares da oração, da ação e do sacrifício, criando a Sociedade da Juventude Católica, reconhecida oficialmente em 1868 pelo papa Pio IX.

É interessante perceber que, nesse momento, o papado estava mais preocupado em formar religiosos e religiosas; poucas eram ainda as iniciativas relativas ao laicato. Contudo, por iniciativa dos próprios

leigos, muitas demandas de reconhecimento foram dirigidas ao papado ao longo do século XIX. O objetivo da Sociedade da Juventude Católica não era apenas a espiritualidade, mas sobretudo “uma presença ativa e participativa na sociedade e sem medo de professar publicamente a sua fé” (Souza, 2006, p. 46). A partir da iniciativa desses jovens, foram criadas Juntas Diocesanas e Paroquiais e, em 1919, a “Juventude Feminina Católica” (Souza, 2006, p. 48).

Com a Ação Católica instituída por Pio X, em 1903, as várias associações leigas, incluindo as dedicadas à juventude, passaram a ser reunidas e organizadas sob essa estrutura, como a Juventude Católica Italiana, a Associação Católica da Juventude Canadense e a Associação Católica da Juventude Belga, durante o pontificado de Bento XV (1914-1922) (Silva, 2022, p. 39-40).

Nesse contexto, houve uma reconfiguração do papel do leigo, que deveria “propagar a mensagem cristã em seu ambiente de trabalho e na sociedade” (Silva, 2022, p. 49). Diante dessa nova missão, a Igreja percebeu a necessidade de desenvolver uma “teologia laical”.

Na elaboração dessa “teologia do leigo”, que acabou se tornando, na prática, uma “teologia da Ação Católica”, despontaram dois nomes: Joseph Cardijn e Paul Dabin. O primeiro era um padre belga que atuava junto aos operários [...]. O segundo era um teólogo jesuíta que procurou elaborar uma fundamentação teórica posteriormente conhecida como teologia do laicato, a qual ganhou força nas décadas de 1950 e 1960 com o advento do Concílio Vaticano II. Com a teologia do laicato, destacou-se ainda Yves Marie Joseph Congar, teólogo dominicano que contribuiu significativamente para a divulgação dessa corrente, ao afirmar as características próprias do apostolado dos leigos e sua responsabilidade diante da Igreja (Silva, 2022, p. 49).

Não obstante os documentos orientadores da Ação Católica tenham estabelecido que a ação do laicato deveria se reportar à autoridade eclesiástica, à medida que os leigos tomaram consciência do espírito de responsabilidade social do novo apostolado, ocorreu uma emancipação laical em diversos movimentos especializados, em diferentes países. Isso se deu mesmo diante das críticas feitas por Pio XII, em 1957, no Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos, em relação à excessiva autonomia dos leigos (Silva, 2022).

Silva (2022) indica o papel fundamental das Juventudes Católicas² na construção de um catolicismo mais pragmático e social, aspecto essencial para compreender a atuação do Graal em Portugal na década de 1960. De acordo com Ana Filomena Leite Amaral (2009), dois fatores favoreceram a criação da Ação Católica Portuguesa: primeiro, a união dos católicos contra a laicização da política republicana; segundo as orientações e a atuação do Papa Pio XI, que ganharam impulso com a realização do Concílio Plenário Português em 1926.

Em Portugal, a instituição da Ação Católica ocorreu com a publicação das suas Bases Orgânicas, em 16 de novembro de 1933, e inseriu-se no contexto do catolicismo integral, afirmando-se como um catolicismo social (Fontes, 1994). Fontes (1994) destaca as referências que embasaram a Ação Católica no âmbito mundial e nacional, sublinhando o projeto de instaurar e dilatar o reinado de Cristo por meio da ação do braço leigo, influenciado por autores como Berdiaeff e Maritain.

O cardeal Cerejeira, patriarca de Lisboa, publicou, em carta pastoral, os objetivos e a missão da Ação Católica Portuguesa (ACP), em consonância com as encíclicas papais, visando formar quadros militantes católicos para estender o reinado de Cristo no país (Fontes, 1994, p. 67). A ACP concentrou suas atenções em dois setores principais: o operariado e a juventude. A Igreja portuguesa empreendeu diversos esforços para estimular novas formas de associativismo, atendendo às demandas de Roma.

No *Boletim da Ação Católica Portuguesa*, ao orientar sobre as bases da organização, reforçava-se a centralização do laicato sob sua direção e especificava-se que as organizações a ela vinculadas deveriam ser estruturadas segundo o sexo, a idade e a profissão (Fontes, 1994, p. 78). Nesse sentido, foram criadas quatro organizações e seus respectivos organismos: a Liga dos Homens da Ação Católica, a Liga das

Mulheres da Ação Católica, a Juventude Católica e a Juventude Católica Feminina. No interior dessas organizações, formaram-se subdivisões – agrária, escolar, independente, operária e universitária –, estrutura que se repetia nos níveis diocesano e paroquial.

Amaral (2009) afirma que, para cumprir a missão de recristianização da sociedade, os grupos do laicato deveriam organizar-se como um corpo orgânico e hierarquicamente estruturado. A autora analisa especificamente a influência do catolicismo juvenil nos congressos do pós-guerra, concentrando-se no I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), realizado em 1953, como espaço de formação dessa nova geração. Destaca, ainda, que Maria de Lourdes Pintasilgo era uma das lideranças desse congresso e que, posteriormente, seria cofundadora do Graal.

Na década de 1950, o sistema educativo português, especialmente em Lisboa, Porto e Coimbra, era considerado um espaço privilegiado para a difusão ideológica do regime e dos grupos católicos, com o objetivo de formar uma elite geracional que liderasse as próximas gerações. Contudo, a partir de 1956, a contestação juvenil universitária ao controle do Estado Novo sobre as organizações estudantis colocou em risco os objetivos do governo. Amaral (2009) assevera que:

A preocupação com as questões de caráter social, que fora sempre o vetor central das Juventudes Universitárias, vai trazer um envolvimento político crescente difícil de gerir e de controlar (...). Esta conjuntura levou, inevitavelmente, ao enfraquecimento da JUC, reflexo também de divisões e antagonismos internos da própria ACP. (Amaral, 2009, p. 57-58).

Amaral (2009) indica uma série de fatores que explicam o desenvolvimento das Juventudes Católicas nas décadas de 1950 e 1960, os quais levaram à radicalização desse ramo especializado da Ação Católica Portuguesa e ao seu enfraquecimento, processo acelerado durante a campanha do general Humberto Delgado.

Contudo, a crise universitária não foi fruto apenas da militância das juventudes católicas. De acordo com Amaral (2009, p. 69), tratava-se de uma crise institucional do sistema educacional português que, até então, excluía a maior parte da população juvenil do país, sendo os estudantes universitários “minorias cultas e de escalões sociais altos”. Essa situação começou a modificar-se na década de 1960, com o aumento do número de estudantes provenientes de outros extratos sociais no ensino superior, “o que vai provocar perturbações no sistema universitário que não está preparado para tal fluxo” (Amaral, 2009, p. 69). Ainda assim, as universidades evidenciavam as “desigualdades sociais no acesso à instrução superior” (Amaral, 2009, p. 71).

Neste sentido, houve uma convergência entre o movimento estudantil português e a juventude católica, tanto no sentido de pautas quanto do trânsito dos jovens entre os movimentos. Quanto a militância católica Fontes (1994) comenta a importância de algumas ações da ACP, como as Semanas Sociais e os congressos, que promoveram a reflexão dos católicos sobre a situação do país por meio do pensamento social da Igreja. Tais atividades estimularam o protagonismo dos leigos, criando desdobramentos sociais que levaram à interrupção da realização dos congressos em meados da década de 1950.

Maria de Lourdes Pintasilgo foi uma das lideranças mais importantes da juventude católica na década de 1950 e, em 1957, tornou-se uma das fundadoras do Graal em Portugal. Pintasilgo conheceu a proposta desse movimento a partir de sua participação internacional como liderança juvenil católica na Pax Romana.³ Assim, não é por acaso que as primeiras ações do Graal em Portugal se concentraram na formação de raparigas, tanto porque o próprio Graal previa a formação das jovens quanto pela experiência pessoal de Pintasilgo.

Graal em Portugal e a formação das raparigas

No livro *Graal: 25 anos*, ao narrar o início do movimento em Portugal, é mencionado: “Éramos doze, entre os 18 e os 27 anos, todas estudantes exceto duas. Muitas éramos dirigentes da JUCF e todas entusiasticamente idealistas...” (Gaal, 1983, p. 5). No arquivo do Graal, em Lisboa, há pouca documentação referente ao período inicial do movimento no país, o que dificulta a escrita da história desse momento.

Há uma carta enviada ao Graal Internacional, datada de 28 de dezembro de 1957, assinada pela “Grail team in Lisboa” (1957), preservada no arquivo do Graal. A carta apresenta uma breve introdução explicando como Maria de Lourdes Pintasilgo tomou conhecimento da existência do movimento do Graal na França. Ela foi solicitada com o objetivo de apresentar o Graal de Portugal no *Grail Review*. Nesse documento, relata-se como o grupo foi se formando, descrevendo, uma a uma, a entrada das participantes no movimento.

Maria de Lourdes conheceu o Graal a partir de um encontro internacional da Pax Romana, realizado na França. Teresa, a segunda a ingressar no movimento, teve a oportunidade de conhecer a experiência do Graal durante seis semanas, visitando centros em Nova Iorque, Brooklyn e Filadélfia, retornando profundamente transformada ao perceber a possibilidade de uma vida em comunidade, como a que presenciara nesses locais. Tomázia, irmã de Teresa e professora de jardim de infância, tomou conhecimento do Graal por meio da proximidade com a irmã. Fernanda foi uma das primeiras “outsiders” – termo utilizado na carta –, não tão próxima das duas fundadoras; ela já havia ouvido falar do Graal na Escócia, mas não havia pensado seriamente em ingressar no movimento. A quinta a aderir ao Graal foi Francisca, que tomou conhecimento do movimento durante um jantar com Maria e Teresa. Na sequência, a carta esclarece o que atraiu cada uma das integrantes ao movimento.

O documento menciona que, naquele momento, o grupo mantinha contato com cerca de 40 jovens da Ação Católica Portuguesa, os quais participavam das reuniões e dos cursos do Graal, sobretudo os voltados à reflexão sobre o papel da mulher. As jovens demonstravam continuidade na participação nas reuniões e nos cursos ministrados por Maria de Lourdes. A carta esclarece que as relações com a Ação Católica não eram acidentais: o objetivo era inspirar as raparigas desses movimentos com a finalidade de formar lideranças, uma vez que acreditavam que a própria Ação Católica não conseguia formar de maneira consistente as jovens, devido à pouca idade e à alta rotatividade nas associações (Gaal, 1957).

Em 1959, as participantes do Graal foram “proibidas pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa de ter atividades, fazer propaganda e viver em comunidade” (Gaal, 1983, p. 7). Diante disso, o grupo precisou buscar outras dioceses que autorizassem suas atividades. No texto comemorativo dos 25 anos do Graal em Portugal, assinala-se: “A verdade é que partimos!... para duas dioceses – Coimbra e Portalegre – que nos receberam de braços abertos...” (Gaal, 1983, p. 8). Assim, as primeiras participantes do Graal iniciaram seus projetos e programas nessas cidades, organizando ações de promoção humana e cultural voltadas, inicialmente, às jovens universitárias e, posteriormente, às estudantes do ensino secundário.

O que possuíam essas 12 mulheres que constituíram o núcleo inicial do Graal? Em primeiro lugar, referências das atividades do Graal em outras partes do mundo, sobretudo a partir dos encontros internacionais e da convivência, por períodos mais longos, com comunidades do Graal nos Estados Unidos e na Holanda. Em segundo lugar, experiências anteriores em outros grupos da Ação Católica, especialmente nos ramos especializados, como as Juventudes Católicas.

A partir dessas experiências, pensaram formas de atrair e aglutinar raparigas universitárias, criando materiais de divulgação, estratégias para a criação de espaços culturais e solicitando apoio dos eclesiásticos locais. Neste texto, optou-se por analisar um *folder* de divulgação do Graal, datado de 1964, apresentado a seguir (Figuras 1 e 2).

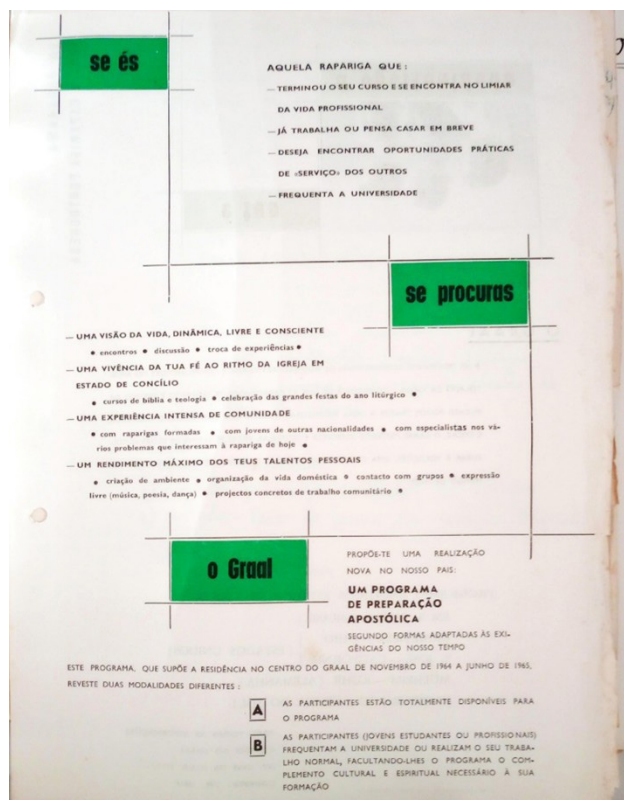


Figura 1 – Anverso do Folder de Divulgação do Graal em Portugal, 1964.

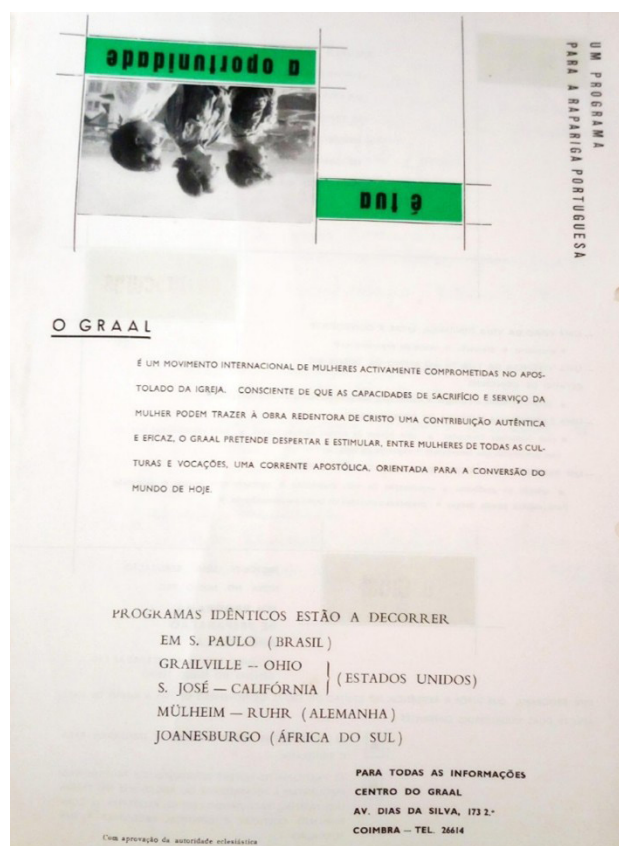


Figura 2 – Verso do Folder de Divulgação do Graal em Portugal, 1964.

Quando o *folder* apresenta, em letras maiúsculas, a expressão “AQUELA RAPARIGA QUE”, as jovens mulheres do Graal indicavam claramente o público de seu interesse: raparigas universitárias ou recém-formadas, solteiras e que gostassem de “servir” aos outros. É interessante notar o uso das aspas na palavra “servir”, denotando a habilidade da prática do cuidado, porém não na forma tradicional encontrada na Igreja e na sociedade, associada à ideia do papel feminino como servidão.

Em seguida, no *folder*, era esclarecido o que o Graal poderia oferecer: “uma visão da vida, dinâmica, livre e consciente”. À primeira vista, poder-se-ia pensar tratar-se de palavras vazias, utilizadas apenas para atrair as raparigas. No entanto, ao considerar que o Graal oferecia a possibilidade de trilhar caminhos alternativos aos socialmente esperados – como o casamento ou a vida religiosa –, percebe-se que, por meio das discussões, das leituras propostas e das atividades desenvolvidas nos programas, as jovens poderiam ampliar sua visão sobre o papel feminino na sociedade. Isso pode ser observado no relato de uma participante do Graal sobre sua experiência inicial no movimento, quando tinha 17 anos:

Na ideologia dominante da época, uma mulher teria de ter um marido, ser mãe e trabalhar em casa; era um destino fixo. Foi mais ou menos nesta altura que comecei a dizer com mais força o que já andava a sentir; não queria ter uma vida como a da minha mãe. (Koning, 2006, p. 83).

O que também me fascinou foi a atenção dada, nos diversos programas, à expressão corporal e ao movimento criativo. [...] Foi o corpo poder agarrar e exprimir, e muitas vezes antecipar, o emergir do ‘Eu’, através da comunicação não-verbal de ideias, sentimentos e esperanças ainda não ‘ditas’ e diferentes daquelas até então vividas noutros espaços de educação e convívio. (Koning, 2006, p. 83).

A partir desse relato, pode-se aferir que as participantes do Graal ofereciam, por meio do *folder*, experiências semelhantes àquelas que elas próprias haviam vivenciado: o contato com o novo pensamento católico, no qual os leigos assumiam protagonismo; a convivência com jovens de outros países; e a oportunidade de exercer atividades sociais que, em geral, não eram acessíveis às mulheres. Tudo isso ocorria em um espaço socialmente legitimado pela Igreja Católica, como indicado no *folder* em letras menores: “Com aprovação da autoridade eclesiástica”.

Acompanhando o *folder*, no Arquivo do Graal, em Lisboa, há um manuscrito que indica os locais e as formas de sua distribuição. Em Coimbra, o material foi afixado nas faculdades, entregue aos diretores de lares e enviado a padres (cujos nomes são citados). No Porto, foi afixado em faculdades e encaminhado ao reitor do seminário. Em Lisboa, chama a atenção o fato de não haver menção à afixação em locais públicos, sendo o material destinado apenas a pessoas conhecidas – o que levanta a hipótese de uma preocupação com o Cardeal Cerejeira.

Como o *folder* se direcionava especialmente às raparigas universitárias, torna-se relevante compreender a visão de uma das fundadoras do Graal sobre a mulher na universidade, durante a preparação e a realização do I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1953, para compreender sua opção de fundar o Graal em Portugal quatro anos depois.

A visão de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre o papel dos universitários na sociedade portuguesa foi exposta no 1º Boletim de Informação do I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), em uma carta pública na qual afirmava que os estudantes também eram responsáveis pela crise universitária, por se encontrarem distantes da realidade da maior parte da população portuguesa. No 2º Boletim de Informação, no artigo “Estar Presente!”, Maria de Lourdes reafirmava que o cristão deveria interessar-se profundamente pelo mundo que o rodeia, reforçando o protagonismo dos jovens universitários naquele contexto (Amaral, 2009, p. 84-85).

No contexto do Estado Novo, os organismos especializados da Igreja Católica, como as Juventudes Universitárias Católicas, constituíam uma das poucas possibilidades de ação para os estudantes, sobretudo para as raparigas, uma vez que os rapazes também participavam do Centro Académico da Democracia Cristã (Amaral, 2009, p. 63).

Segundo Amaral (2009, p. 119), no texto “A mulher na Universidade”, apresentado no I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), Maria de Lourdes Pintasilgo defendia que a condição feminina e masculina deveria basear-se na igualdade na diferença, opondo-se claramente à concepção salazarista, que previa uma divisão rígida de papéis na família. Para Pintasilgo, a distinção entre profissões masculinas e femininas não deveria ser absoluta, como se observa no trecho a seguir:

a distinção entre profissões femininas e não femininas deixa de ter um sentido absoluto. Em todas as profissões a mulher pode valorizar-se e servir... na medida em que a Universidade passa a exercer seriamente a sua missão de orientadora da vida social, a presença da mulher se vai tornando mais necessária, pela descoberta de funções onde ela pode, melhor que o homem, contribuir para o engrandecimento dos povos... (Pintasilgo, 2024, p. 10).

Para Maria de Lourdes Pintasilgo, a mulher poderia realizar sua missão de maternidade espiritual no exercício da profissão, divergindo da ideia salazarista que restringia o papel feminino ao lar e à família (Amaral, 2009, p. 122). Embora a Constituição de 1933 e a Concordata de 1940 afirmassem, em princípio, a igualdade entre os cidadãos, excluía as mulheres com base em argumentos ligados à sua “natureza” e à proteção da família (Amaral, 2009, p. 122).

Dessa forma, a definição de família e dos papéis sociais de gênero no período do Estado Novo era pautada por valores da moral cristã, enfatizando a obediência e a hierarquia familiar. Amaral (2009, p. 124) aponta convergências e divergências entre o pensamento de Pintasilgo e o discurso oficial do regime, destacando divergências no que se refere à presença das mulheres no espaço público.

Para Maria de Lourdes Pintasilgo e para o Graal, a formação e a participação feminina na sociedade deveriam responder às transformações vividas pela Igreja Católica e pela sociedade portuguesa em meados do século XX. Nos primeiros anos do Graal em Portugal, os projetos concentraram-se na divulgação do movimento junto às jovens portuguesas, visando despertar o interesse pela participação. Posteriormente, na década de 1960, o Graal passou a desenvolver iniciativas voltadas também para a alfabetização e a conscientização social (Figura 3).



Figura 3 – Campo Internacional de Fuzeta, 1967. Álbum de 50 anos do Graal.

Os campos de férias faziam parte dos Programas Residenciais, que tinham como públicos-alvo raparigas universitárias e pessoas que moravam na zona rural durante o período letivo, desenvolvendo atividades num contexto em que “o movimento pendular entre formação e ação nem sempre era fácil” (Graal, 1983, p. 12). No período de verão, eram organizados campos de férias de vivência intensa para as raparigas, “... onde, para além dos programas organizados para o exterior, se multiplicavam os tempos de partilha e convívio, onde o ser era mais importante do que o dizer ou o fazer...” (Graal, 1983, p. 12).

Nesse sentido, o Graal em Portugal oferecia às raparigas novas oportunidades de agir e de viver em sociedade. Os programas desenvolvidos pelo Graal que permitiam a participação das raparigas foram os seguintes: Programas Residenciais, Programas de Cultura, Projectos de Promoção Humana e Evangelização, Programas de Alfabetização e Conscientização e o Projecto de Sociologia Participativa.

O desenvolvimento desses projetos e programas foi possível graças ao êxito na formação das raparigas ao longo dos anos de execução das atividades nas zonas rurais e periféricas de Lisboa. Ao mesmo tempo em que formavam quadros para a animação de atividades voltadas para crianças e adultos, as mulheres do Graal apostaram nesses projetos como formas de despertar, na população portuguesa, o desejo de mudança e de conscientização de sua condição. Isso é perceptível nos materiais elaborados para os programas de alfabetização, que eram sistematicamente apoiados no método de Paulo Freire.

Considerações finais

A análise do Graal em Portugal, especialmente nos anos finais do Estado Novo, permite compreender a complexidade das relações entre Igreja Católica, Estado e laicado feminino num contexto marcado por autoritarismo político, transformações sociais e mudanças internas no catolicismo. Longe de uma leitura homogênea ou maniqueísta, o estudo do Graal evidencia como as mulheres católicas articularam espaços de autonomia relativa, negociação, e, em alguns casos, de tensão tanto com a hierarquia eclesial quanto com o regime estadonovista.

O surgimento e a consolidação do Graal em Portugal estiveram profundamente ligados às dinâmicas internacionais do catolicismo, às transformações impulsionadas pelo Concílio Vaticano II e às experiências prévias das suas fundadoras em movimentos da Ação Católica, em especial no meio universitário. A atuação de Maria de Lourdes Pintasilgo revela-se central nesse processo, não apenas como liderança religiosa, mas como uma intelectual católica que defendeu uma visão ampliada do papel das mulheres na sociedade, fundamentada na noção de protagonismo laical, responsabilidade social e educação feminina.

As práticas formativas do Graal, direcionadas sobretudo às raparigas universitárias e, posteriormente, a jovens e mulheres de meios rurais e periféricos, demonstram uma concepção de apostolado que ultrapassava a dimensão estritamente espiritual. Os programas residenciais, os campos de férias, os projetos de alfabetização e conscientização e as iniciativas de promoção humana revelam um catolicismo socialmente engajado, preocupado com a transformação das condições de vida e com a formação integral das participantes. Nesse sentido, o Graal contribuiu para ampliar os horizontes de atuação feminina num contexto em que os papéis de gênero eram fortemente delimitados pelo discurso moral cristão e pela legislação do Estado Novo.

Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que o Graal não se situou fora das ambiguidades do seu tempo. A valorização do celibato feminino, a referência à maternidade espiritual e a legitimação das suas ações pela aprovação da autoridade eclesial mostram que o movimento operava dentro de certos limites impostos pela Igreja e pela ordem social vigente. Ainda assim, ao promover a educação, a reflexão crítica e a participação social das mulheres, o Graal abriu brechas significativas para a construção de trajetórias femininas alternativas às expectativas tradicionais de casamento ou vida religiosa conventual.

Por fim, a experiência do Graal em Portugal reforça a importância de análises que considerem a pluralidade do catolicismo e das vivências femininas durante o Estado Novo. As mulheres do Graal não podem ser compreendidas apenas como aliadas ou opositoras do regime, mas como agentes históricos que, a partir de contextos específicos, construíram práticas e discursos próprios, contribuindo para a redefinição do lugar das mulheres na Igreja e na sociedade portuguesa na segunda metade do século XX.

Referências

- AMARAL, Ana Filomena Leite. *Maria de Lourdes Pintasilgo: os anos da Juventude Universitária Católica Feminina (1952-1956)*. Coimbra: Almedina, 2009.
- ARY, Zaíra. *Masculino e feminino no Imaginário Católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação*. São Paulo: Annabluma, 2000. (Col. Outros Diálogos, p. 76).
- BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.
- DUBY, Georges. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FONTES, Paulo. A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade. *Lusitania Sacra*, 2 série, n. 6, p. 61-100, 1994.
- GUARIZA, Nadia Maria. *As Guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano*. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2003.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. *Faces femininas do conservadorismo: filantropias e feministas brasileiras no começo do século XX*. Teresina: Cancioneiro, 2023.
- MOURA, Carlos André Silva de. *Histórias Cruzadas: Intelectuais no Brasil e Portugal Durante a Restauração Católica (1910-1942)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- NUNES, Maria José Rosado. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *Cadernos Pagu*. n. 16, p. 79-96, 2001.
- PIMENTEL, Irene Flunser; MELO, Helena Pereira de. *Mulheres Portuguesas: História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do autor, 2015.
- PIMENTEL, Irene F. *História das organizações femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- SANTOS, Paula Borges. Politics and religion under the dictatorship in Portugal (1933-1974): rebuilding the separation between the state and the church. *Storicamente*, v. 14. p. 1-25, 2019.
- SILVA, Alexandre Marques da. *A Juventude universitária católica e o processo de conscientização e de construção de uma consciência histórica entre os jovens católicos no Brasil na década de 1960*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2022.
- SIMPSON, Duncan. A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 89-110, 2012.
- SOUZA, Pe. Ney de. Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. *Revista de cultura teológica*, v. 14, n. 55 abr.-jun., p. 39-59, 2006.
- TARDUCCI, Mônica. Estúdios feministas de religiões: uma mirada muy parcial. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 97-114, 2001.
- WARNER, Marina. *Alone with her Sex: the myth and cult of the Virgin Mary*. New York: Vintage Books, 1983.

Fontes

Álbum de 50 anos do Graal. Disponível em: <https://arquivo.graal.org.pt/index.php/album-digital-50-anos-graal-1>. Acesso em: 9 abr. 2024.

Folder para divulgação do Graal em Portugal, Lisboa: MIMEO, 1964.

GRAAL. *25 anos de História*. Lisboa: Edições Graal, 1983.

GRAAL. *Carta sobre a origem do Graal em Portugal*. Lisboa, 1957.

KONING, Marijke de. *Lugares emergentes do Sujeito-Mulher: viagem com Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintasilgo*. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.

MAGALHÃES, Isabel de. *Entrevista concedida à Nadia Maria Guariza*. 1 jun. 2024.

PIO XI, Papa. *Il fermo propósito*: sobre os Fundamentos da Ação Católica. 18 dez. 1903. Petrópolis: Vozes, 1959.

PIO XII, Papa. *Sommamente gradito*: sobre a colaboração dos homens de Ação Católica no Renascimento Espiritual da Sociedade. 20 set. 1942. Petrópolis: Vozes, 1955.

PINTASILGO, Maria de Lourdes. *A mulher na Universidade* (abril, 1953). Arquivos da Fundação Cuidar o Futuro (Congresso da JUC). 2024. Disponível em: <https://www.arquivopintasilgo.pt/arquivopintasilgo/Documentos/0008.039.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

RAMOS, Maria Carlos Semedo. O Graal no contexto dos movimentos de apostolado emergentes. In: *Graal: Deus é o existirmos, e isto não ser tudo* (50 anos do boletim Igreja em Diálogo). Prior Velho: Edições Paulinas, 2016. p. 159-180.

VAN GINNEKEN, Jacques. *Conferência nº 22 – A Rígida Espiritualidade e a mais livre mulher no mundo*. Holanda: s. ed., 1932.

Notas

¹ Organização feminina de juventude criada pelo Estado Novo em 1937 e que gerou conflitos entre a Igreja Católica, as famílias e o Estado, a organização funcionou até a Revolução de Abril de 1974 (Pimentel; Irene F., 2001, p. 195).

² Os grupos da Ação Católica Especializada eram: JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JOC (Juventude Operária Católica).

³ A *Pax Christi* ou a também conhecida *Pax Romana* foi criada oficialmente em 13 de março de 1945 pelo Bispo Pierre Marie Théas e por Marthe Dorthel Claudot, ambos atuantes na resistência à ocupação nazista à França. No pós-guerra atuou para a promoção do bom convívio entre as nações e a construção da paz. Disponível em: <https://paxchristi.net/about-us/https-pcintlorg-files-wordpress-com-2019-10-timeline-posters-pdf/>. Acesso em: 8 de abr. 2024.

Submetido em: 21/04/2024

Aceito em: 10/12/2025